



# ANAIIS DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIVO

AVULSO CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 19 DE JUNHO DE 2007 ANO XXXII

### Mesa Executiva

<b>NELSON JUSTUS</b> Presidente - Democratas		
<b>ANTONIO ANIBELLI</b> 1º Vice-Presidente - PMDB	<b>AUGUSTINHO ZUCCHI</b> 2º Vice-Presidente - PDT	<b>FELIPE LUCAS</b> 3º Vice-Presidente - PPS
<b>ALEXANDRE CURI</b> 1º Secretário - PMDB	<b>LUCIANA RAFAGNIN</b> 2ª Secretária - PT	<b>LUIZ ACCORSI</b> 3º Secretário - PSDB
<b>CIDA BORGHETTI</b> 4ª Secretária - PP	<b>CHICO NOROESTE</b> 5º Secretário - PL	
<b>ABIB MIGUEL</b> Diretor Geral		

### Lideranças

Líder do Governo .....	Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição .....	Valdir Rossoni
PMDB .....	Waldyr Pugliesi
PSDB .....	Ademar Traiano
Democratas .....	Plauto Miró
PT .....	Elton Welter
PP .....	Duílio Genari
PDT .....	Luiz Carlos Martins
PTB .....	Fábio Camargo
Bloco PPS/PMN .....	Marcelo Rangel
Bloco PSB/PL/PRB/PV .....	Reni Pereira

### Representação Partidária

**PMDB** - 17: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Geraldo Cartário - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Rui Hara - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 03: Carlos Simões - Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira

SUMÁRIO

AVULSO

AUDIÊNCIA PÚBLICA

SUMÁRIO

Mesa Executiva ..... 02

Ata da Sessão ..... 02

Abertura da Audiência ..... 02

Oradores:

Dep. Augustinho Zucchi ..... 03

Dep. Reni Pereira ..... 04

Sr. Aldair Rizzi

Superintendente da LACTEC ..... 06

Sr. Júlio César Lattmann

Secr. de Desenv. Econ. e Tecn. de

Pato Branco .....07

Sr. José Ruy Alexandre

Repres. do Inst. de Transporte e

Trânsito de Foz do Iguaçu .....07

Dep. Nereu Moura .....08

Dep. Luciana Rafagnin.....09

Dep. Artagão Júnior .....10

Dep. Professor Luizão .....11

Dep. Reni Pereira ..... 11

Dep. Augustinho Zucchi.....12

Encerramento da Sessão .....12

AVULSO

AUDIÊNCIA PÚBLICA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
16ª LEGISLATURA  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA  
REALIZADA EM  
19 DE JUNHO DE 2007

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Durval Amaral.

Ata da Sessão:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA  
AUDIÊNCIA PÚBLICA  
19 DE JUNHO DE 2007

Aos dezenove dias do mês de junho do ano de dois mil e sete, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão

de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Artagão Júnior, Caíto Quintana, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Marcelo Rangel, Nereu Moura, Professor Luizão, Reni Pereira, Valdir Rossoni e Augustinho Zucchi. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente Audiência, a qual transcorreu conforme notas taquigráficas em anexo.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
Ana Andretta - Secretária

Abertura da Audiência:

O SR. PRESIDENTE (Durval Amaral)

Sob a proteção de Deus, declaro aberta a presente Audiência Pública.

O motivo desta é o Projeto nº 397/07, de autoria do nobre Deputado Augustinho Zucchi, que fica alterado o caput do artigo 1º, portanto, também a Lei nº 14895, de 9 de novembro de 2005, que teve como autor o Deputado Reni Pereira.

Temos aqui vários convidados, realçando a presença do Exmo. Sr. Dr. Professor Aldair Rizzi, que atualmente preside a TECPAR, a LACTEC, e outras autoridades municipais e estaduais, que na seqüência lhes darei a palavra. Inicialmente darei a palavra ao Deputado Augustinho Zucchi, por 10 minutos, para que faça a apresentação do seu projeto de lei, à sustentação política deste. Na seqüência, ao Deputado Reni Pereira.

Agradecer desde já a presença dos Deputados Luciana, Duílio e Nereu Moura e os demais que, com certeza, chegarão a esta Audiência Pública.

**Oradores:**

Por ordem de inscrição, na sequência, darei a palavra aos convidados e a todos aqueles que queiram se manifestar sobre o tema.

Concedo a palavra ao Deputado Augustinho Zucchi.

**Deputado Augustinho Zucchi**

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT)

Caro Presidente, Deputado Durval Amaral, companheiros Deputados, Nereu Moura, Reni Pereira, Duílio Genari, Luciana, saudar a presença do Dr. Aldair Rizzi, da LACTEC, companheiros convidados para essa Audiência Pública.

Estamos inaugurando com esta reunião um momento importante, tendo em vista a grande discussão que tivemos, nesta comissão, com relação ao projeto que apresentamos juntamente com o Deputado Nereu Moura, que visa alterar a lei de autoria do Deputado Reni Pereira, aprovada nesta Casa.

Primeiro, gostaria de dizer, quando da aprovação - embora eu tenha votado contrário à lei e justificado o voto - conversando com a Secretaria da Fazenda havia um consenso em relação à questão da concepção desta lei em Foz do Iguaçu, porque não só o Paraná, mas outros estados, entendiam importante esta lei, tendo em vista que isso seria um instrumento importante para evitar, minimizar, ou ainda diminuir a questão do contrabando, que todos sabemos, acontece de forma muito forte em Foz do Iguaçu. Meritório o projeto do Deputado Reni Pereira naquele momento.

Toda lei restritiva ou excludente sempre terá problemas, vai chegar em algum momento que vai ser discutida. Pensei muito com relação à questão da alteração, que visa apenas colocar o município de Pato Branco. Olhando à distância, parece que é corrigir uma lei com um vício colocado por outra lei. Mas, explicando a fundo, vamos ver que não é assim.

Não estamos, na verdade, colocando Pato Branco para que lá seja instalado um pólo eletroeletrônico, para que tenhamos a instalação de empresas que possam desenvolver esse tipo de trabalho, fabricar esse tipo de produto. Não. Colocamos dessa forma porque lá já existe.

Em 1997 apresentei nesta Assembléia e virou lei sancionada pelo Governador Jaime Lerner, a Lei nº 11803, que criou o pólo industrial e eletroeletrônico liderado pelo município de Pato Branco, tendo em vista o projeto que ali se instalava. Na época, o então Prefeito Alcení Guerra, junto com várias entidades, como a LACTEC, a Universidade Federal do Paraná, a COPEL, etc, colocaram um embrião disso que hoje se tornaria um grande investimento. Dá para se dizer e o professor Aldair Rizzi tem muito conhecimento, porque gerenciou essa área e hoje está gerenciando a LACTEC e também o Julio Lattmann, que é o Secretário de Desenvolvimento Econômico do município de Pato Branco e também poderia colocar, mas

houve investimento de cerca de R\$ 40 milhões em recursos públicos do estado do Paraná, da Prefeitura, através de cessão de terrenos, enfim, aquela infra-estrutura normal que os municípios dão.

Então, neste momento começou a ter, por parte das empresas lá instaladas, a dificuldade de permanecerem lá, com esse benefício tributário que está sendo dado para Foz do Iguaçu. E o que queremos?

Queremos o tratamento equitativo do ponto de vista tributário, para que possamos ter a mesma condição. Não queremos que Foz do Iguaçu deixe de ter as empresas que possam ter lá. Mas, o que não queremos é que as empresas instaladas em Pato Branco, nesse pólo, por conta do incentivo que foi dado no projeto que temos lá, não queremos que essas empresas acabem deixando um pólo que já existe em Pato Branco e que hoje é o maior produtor de software do Brasil e tem se movimentado para se transformar em produtor de produtos eletroeletrônicos, já que temos lá a Universidade Tecnológica, que é uma universidade diferenciada porque não tem cursos apenas tecnológicos, mas tem cursos que foram incorporados da antiga Faculdade de Pato Branco e isso foi feito por um Ministro da Educação, lá atrás. Então, tem muitos cursos e é, na verdade, uma Universidade Tecnológica Federal ampliada que temos na região, há uma mão-de-obra especializada, há uma condição muito boa para a continuidade desse projeto.

Então, o que apresentamos não é no sentido de obter para Pato Branco, apenas e tão somente, o mesmo tratamento de Foz do Iguaçu. Não. É para manter um projeto que ali está, porque senão se justificaria colocar em todos os outros municípios que teriam essa condição. Qualquer outro município do Paraná, seja Guarapuava, Maringá, Toledo ou Cascavel! Mas não, porque estamos tratando de recursos públicos. Não podemos imaginar que daqui a pouco máquinas que custaram 5 ou 6 milhões de dólares possam ser deixadas lá. Quer dizer, é uma questão de responsabilidade pública.

O Sr. Nereu Moura (PMDB)

Deputado Augustinho Zucchi, concede-me um aparte?

(Assentimento)

O intuito desta Audiência Pública é esclarecer os pontos e fazer com que possamos ficar afinados. V. Exa. relatou que apresentou um projeto de lei no início da criação do Parque Tecnológico de Pato Branco. A minha dúvida é se nesse projeto de lei de V. Exa. não foi prevista a questão dos benefícios fiscais.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT)

Não foi previsto tratamento tributário diferenciado, porque o estado, naquela época, não permitiu. Na regulamentação, inclusive, ficou de o estado prever isso e não colocou, por uma série de coisas, que a Secretaria da Fazenda entendia diferente do que entendeu quando da apresentação do projeto do Deputado Reni.

Então, em verdade, essa lei definiu como um pólo eletroeletrônico, mas não colocou o tratamento diferenciado, do ponto de vista tributário.

Então, o que estamos pretendendo, Deputado Reni, claro que não queremos aqui uma disputa de quem vai ter maior vantagem, se é Foz do Iguaçu, se é Pato Branco, afinal todos somos Paraná, nós, como representantes públicos, aqui, temos que pensar, obviamente, em uma lei que contemple o estado, mas hoje acho que com relação à questão de Pato Branco, se está havendo possibilidade de prejuízo e saída dessas empresas e tal, temos que pensar em alternativas e soluções. Então, acho que a Audiência Pública é boa, porque, de repente, pode se buscar alternativas.

Ontem, vários Deputados se reuniram com Prefeitos, enfim, técnicos, e se buscou achar alternativas para discutir essa questão. É claro que se propôs, inclusive a conversa com o Governador para ver de que forma, porque o Governador mesmo vai às vezes defender investimentos no parque tecnológico lá. E o Dr. Aldair Rizzi fez como Secretário, acho que é o Diretor-Superintendente da LACTEC, tem acompanhado essa situação, especialmente com relação à questão de Pato Branco.

Então, imagino que o que devemos fazer, eu fiz aqui, obviamente, a colocação geral, que já havíamos feito aqui durante a CCJ, mas acho que temos que eliminar essa questão de Foz do Iguaçu e Pato Branco. Não. Não é isso, porque se não tivesse esse pólo estabelecido em Pato Branco não haveria razão lógica para que se fizesse uma alteração da lei de Foz de Iguaçu, não haveria! Não teríamos razão lógica! Agora, toda a lei, volto a dizer: o processo legislativo é muito sábio e desenvolve suas características próprias. Não podemos aqui imaginar que se aprovar a lei de Pato Branco, por exemplo, aprovar essa lei. Deputado Nereu, que vamos eliminar com a questão de Foz do Iguaçu. Acho que não, acho que temos que procurar uma alternativa, estamos diante de um impasse e temos que buscar uma alternativa, até porque a Assembléia é representada por Deputados de todo o Paraná. Se não buscarmos uma alternativa consensual, obviamente é capaz de termos prejuízos para todos.

Então, falo no sentido de que não adianta chegarmos aqui, por exemplo, e simplesmente rejeitarmos o projeto que propõe a alteração, porque ele é constitucional, é legal, apenas é uma questão de mérito para chegarmos a um atendimento.

Então, gostaria de fazer esse apelo, Deputado Durval. As pessoas que estão presentes serão importantes para elucidar melhor essa questão. E quero deixar claro que não está encerrado. Se acharmos uma alternativa consensual, eu, da minha parte, consultado o Deputado Nereu, abro mão, absolutamente, da maioria do projeto para que achemos um consenso, em nome dos Deputados da região e em nome dos Deputados da Casa.

Acho perfeitamente possível isso para que tenhamos uma outra proposta, desde que seja resolvida a nossa questão, porque a nossa questão, que eu digo que é do pólo eletroeletrônico de Pato Branco, é urgente, não podemos esperar. Não podemos esperar para o ano que vem, para daqui a 3 meses, 4 meses, por quê? Porque há uma situação emergencial, estamos com uma situação fática, não estamos colocando uma discussão para ser apreciada daqui a 6 meses, daqui a 1 ano, é uma questão que deve ser resolvida de forma rápida e, na minha opinião, consensual.

Por isso, da minha parte, abro mão, para que possamos - deixo aqui com todo o desprendimento - para que possamos, em termos de Assembléia, Deputado Durval, com a sua colaboração, buscar o entendimento nesse sentido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Durval Amaral)

Agradeço as palavras do Deputado Augustinho Zucchi, e por igual tempo concedo a palavra ao Deputado Reni Pereira, por 10 minutos.

### *Deputado Reni Pereira*

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Sr. Presidente Durval Amaral, demais Deputados, nosso Relator do projeto do Deputado Augustinho Zucchi, Deputado Artagão, nosso Secretário Aldair Rizzi, hoje Presidente da LACTEC, quero primeiramente me somar ao Deputado Zucchi quando ele fala que não se trata de um debate entre Pato Branco e Foz do Iguaçu.

Ele foi muito feliz, e este debate, Deputado Augustinho Zucchi, o senhor está ajudando não só a região de Pato Branco, o sudoeste, que o senhor, juntamente com o Deputado Nereu Moura, Deputada Luciana Rafagnin, Deputado Caíto e outros tantos, inclusive eu me incluo, sou natural do sudoeste e fiz uma votação inclusive em Pato Branco e na região sudoeste, é um debate que ajuda o Paraná e principalmente numa data importante - hoje, inclusive, tem o maior jornal de circulação no Paraná a questão que o Governo foi notificado da derrubada da lei de informática que era uma lei que beneficiava o setor de informática no Paraná e que vivemos um momento muito difícil, não só em relação a quem fez investimento, como é o caso de Pato Branco, Foz do Iguaçu, também temos recursos públicos, embora não estaduais, mas recursos públicos, é dinheiro do povo também, na ordem de 80 milhões no Parque Tecnológico de Itaipu, e dinheiro do povo é dinheiro do povo, não interessa se sai do Governo do Estado, Governo Federal ou Governo Municipal, são recursos que temos que nesta Casa achar meios de, cada vez mais, valorizar cada centavo que foi investido nesse projeto, e principalmente nessa política de incentivo e desenvolvimento na tecnologia.

Então, quando o Deputado Zucchi propôs o projeto eu lhe procurei e afirmei que era contra a maneira como ele estava fazendo, porque ele estava alterando uma lei que foi criada especificamente para o território de Foz do Iguaçu.

Então, a súmula da Lei nº 14895 diz o seguinte: "Cria o regime tributário diferenciado para os estabelecimentos localizados em Foz do Iguaçu". O que eu falei para ele é que seria uma incoerência colocarmos uma vírgula numa lei que cria um benefício para Foz do Iguaçu e colocarmos Pato Branco, e deixei bem claro isso, inclusive me propus a assinar, defender a lei, e ele está muito bem defendendo e este debate traz à tona a necessidade, até porque hoje, Deputado Zucchi, a minha lei, em que pese muita gente pensar o contrário, que está levando muitas empresas para Foz do Iguaçu, levou uma meia dúzia de micros, pequenas empresas, se somar tudo não deve dar 50 empregos ainda. Por quê? Porque hoje é muito mais vantajoso para as empresas desse segmento importarem e pagarem 3%, do que importarem os componentes, montarem aqui e pagarem 2,4 com o benefício da minha lei que V. Exa. está querendo dar para Pato Branco.

Abro este parênteses da questão da importação, porque é justamente isto que acho que este debate pode levar e é importante dizer que se quisermos fazer um denominador comum e corrigirmos aquilo que eu verifiquei na sua iniciativa, que poderia ser um impacto financeiro, que poderia constituir um erro no seu projeto, já que em Pato Branco haveria renúncia, basta adequarmos ao que o Paraná já dá hoje que é em relação a importação, dá um benefício de 75% de crédito presumido e as empresas pagam apenas 3% de impostos. Em relação a Foz do Iguaçu é 2,4, diferença de apenas meio por cento, e lembrar também que poderemos corrigir assim e daí já não tem impacto financeiro e o Paraná, se quiser, pode dar também regime de tratamento especial para algumas empresas, como tem feito.

V. Exa. poderia ter procurado, assim como o Deputado Nereu, a Secretaria da Fazenda, e ter buscado para essas empresas um regime especial, como foi dado para a Positivo Informática, que de maneira transparente querem fazer em forma de lei, para que quem se estabeleça em Pato Branco, com os benefícios da Lei nº 11800, não precise ser amigo do Deputado Nereu, do Prefeito, do Deputado Zucchi, de quem quer que seja - basta preencher os requisitos da lei. Isso é importante num estado democrático, porque eu também poderia ter feito a mesma coisa em relação a Foz do Iguaçu. Acho que aqui temos que advogar o interesse público.

Em relação a Foz do Iguaçu, também quero complementar o que disse o Deputado Zucchi, o porquê que até me manifestei de maneira diversa como tenho me manifestado na maioria dos projetos aqui, não foi em defesa de uma lei de minha autoria ou porque é uma lei que pode beneficiar Foz do Iguaçu, que atualmente ainda não está beneficiando, Sr. Secretário, mas sim porque sei o interesse que envolve qualquer lei que trate sobre

incentivo tributário e esta lei está em vigor há um ano e meio. Nem o estado arguiu a inconstitucionalidade por conta disto que o Deputado Zucchi acabou de citar, que por se tratar de Foz do Iguaçu, que todos consideram o grande eixo ou a grande porta de entrada do contrabando - e na ocasião fiz vários demonstrativos e chegamos ao número de 65% do mercado nacional abastecido pelo contrabando - chegamos ao número do valor que o Governo gastava no combate ao contrabando e diminuía meio por cento lá o índice de contrabando e realmente é, porque são milhões de dólares que são comercializados em Ciudad del Este e tem que entrar por algum lugar. Provavelmente, se não é por Foz do Iguaçu é pelo lago, é pelo Mato Grosso, mas, se tivéssemos um tratamento tributário diferenciado em relação a Foz do Iguaçu, teríamos um mecanismo tributário de combate eficaz ao contrabando.

Pois bem, hoje é mais barato você produzir em Foz do Iguaçu do que comprar alguma coisa de informática lá em Ciudad del Este, em torno de 6%, e continua existindo o contrabando, as pessoas optam, não sei se é da cultura, pelo contrabando.

Então, dizer que esta lei, ao contrário do que alguns Prefeitos do sudoeste estão pensando, ela não resolveu o problema do contrabando em Foz do Iguaçu, mas, foi a justificativa para que os outros estados, inclusive não entrassem com uma ação de inconstitucionalidade. E o meu temor - manifestei isto ao Deputado Zucchi - era da forma como ele estava fazendo, alterando a minha lei. E que algum outro estado entre com uma ação de inconstitucionalidade e derrube Foz do Iguaçu, derrube Pato Branco e derrube o Paraná, porque hoje a única lei que está em vigor, que concede benefício tributário, é esta de Foz do Iguaçu.

Então, não é contra Pato Branco, bem pelo contrário, me somo, acho que tem que dar o benefício, se não é possível dar em termos iguais, pelo menos semelhantes para que não tenhamos uma guerra tributária interna, mas algo semelhante, porém, é da maneira, alterando a lei de Foz do Iguaçu, que é uma lei que pelo menos enquanto lei está consolidada, enquanto resultados práticos ainda não - espero que se consolide em que pese, eu conheço um pouco de economia e sei que hoje é mais vantajoso para as empresas, com o dólar a 1,90, importar e pagar 3% de ICMS do que importar as peças, montar aqui e pagar 2,4.

Então, hoje não é em Pato Branco, não é em Foz, não é aqui. Hoje, com o cenário econômico que está, com o dólar nesse preço, é mais econômico importar, que é o que todos estão fazendo, e comercializar.

Mas é bom este debate, Deputado Zucchi, até para que o sudoeste - eu que sou natural de lá - realmente tenha um mecanismo de igualdade para se desenvolver, e a igualdade diz respeito a tratarmos os desiguais de maneiras desiguais. Não dá para nós compararmos o sudoeste ou o próprio oeste com Maringá e com Londrina que tiveram, nada contra, mas eles tiveram ao longo da

história do Paraná, pelo menos uma visão diferenciada em termos de desenvolvimento e hoje representam grande parte da economia paranaense, e com certeza, estão há alguns anos à frente do sudoeste, oeste do Paraná, até porque tiveram algumas prerrogativas que nós não tivemos anteriormente.

Então, deixar bem claro isto e dizer que me somo às iniciativas da bancada do sudoeste, inclusive a única maneira que tento justificar é que nós não façamos aqui dentro uma política autofágica, a pretexto de levarmos um benefício para o sudoeste vamos estar, de repente, condenando à morte um benefício previsto para Foz do Iguaçu, porque hoje estamos ainda na fase da previsão, porque não tem, efetivamente não está dando os resultados que imaginávamos, e a pretexto então de levarmos igualdade para Pato Branco, também levarmos para o túmulo, daqui a pouco, a lei de Foz do Iguaçu.

Então, acho que temos que fazer uma lei para Pato Branco, para os outros municípios que precisam de uma mecanismo legal, e precisamos dialogar com o Governo do Estado no sentido de que não se trata de grandes embates - muitas vezes é você fazer de uma forma legal aquilo que na prática já está se fazendo em relação a um, dois, três ou a dez pessoas que tenham regime especial tributário por parte da Secretaria da Fazenda.

Então, deixar bem claro que tecnicamente me manifestei e tenho defendido e vou defender até onde puder. E acredito que há possibilidade de entrarmos num entendimento e resolvermos concedendo um benefício, uma diferenciação com relação a Pato Branco, sem com isso estarmos, de repente, condenando a primeira lei que leva um benefício para Foz do Iguaçu. Então, na verdade não se trata de egoísmo, mas de uma visão técnica, que podemos estar sepultando a lei de Foz do Iguaçu e, fatalmente, não levando benefício nem a Pato Branco e muito menos para Foz.

O SR. PRESIDENTE (**Durval Amaral**)

Agradeço as considerações do Deputado Reni. Registramos a presença do Relator da matéria, Deputado Artagão, e também do membro desta Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Professor Luizão.

Concedo a palavra por 7 minutos ao professor Dr. Aldair Rizzi, Superintendente da LACTEC.

**Dr. Aldair Rizzi, Superintendente da LACTEC**

O SR. ALDAIR RIZZI

Queria cumprimentar o Deputado Durval Amaral e todos os demais Deputados. Espero que o que eu fale, aqui, tenha sentido de contribuir com esse debate.

Acho que esse debate é importante e, especialmente, quando se pensa em políticas econômicas, políticas de desenvolvimento regional e no sentido de que políticas adotadas não acentuam os desequilíbrios regionais hoje existentes.

Queria fazer um depoimento no sentido de que mais uma experiência administrativa na Secretaria da Ciência e Tecnologia, e agora, como Diretor da LACTEC. Na verdade, quando uma política do Governo Requião, que implementamos a partir do planejamento estratégico do Governo, foi buscar exatamente o desenvolvimento. Essa área de ciência e tecnologia, que acho que um dos pontos importantes é o controle eletromecânico... tecnológico mais importante, que tivesse uma forma de produção mais...

E assim fizemos investimentos nas diversas regiões do sudoeste do Paraná. E no sudoeste estão mudando duas questões. Primeiro, aproveitando todas as potencialidades regionais e a estrutura no local, com isso estimulando sempre junto com universidades para que possamos ter transferência de tecnologia para atender os pequenos produtores da região sudoeste. E essas transferências de tecnologia eram feitas com a base de estrutura produtiva para poder agregar valor na região, gerar recursos, emprego e renda.

Uma outra questão que quero colocar é que, a partir só dessa base industrial, é insuficiente para você dar um salto de desenvolvimento econômico, de gerar mais emprego e da possibilidade de uma matriz com mais alternativas de produção e desenvolvimento regional.

E assim, Deputado Reni, fizemos investimentos em Foz do Iguaçu e em Guarapuava, Deputado Artagão. Estamos na LACTEC fazendo escritório junto com o IPTI da ITAIPU, justamente na área da eletromecânica. E estamos pensando na região do sudoeste por uma razão muito lógica. Acho que essa questão do sudoeste, acho que a primeira coisa que temos que perceber é que os investimentos realizados para poder gerar possibilidade de identificação da matriz é investimento em alta tecnologia.

E nós, nesta área, no Governo do Estado, no Sudoeste, aproveitamos toda a estrutura existente de uma universidade. Porque as universidades fazem muitas pesquisas e muitas vezes as pesquisas realizadas, elas ficam engavetadas. Temos que fazer um esforço para que essas pesquisas possam chegar lá no setor produtivo, atender a sociedade de um modo geral. E esse é um esforço que se pode fazer independente da situação que se tenha nessa área de pensamento, produção do conhecimento. E na região sudoeste, e agora com a Universidade Tecnológica Federal na área de engenharia de alimentos. E Pato Branco tem estrutura fantástica, que não é estrutura de Pato Branco. Não entendo isso como estrutura de Pato Branco, porque uma estrutura que tem uma dimensão regional que infelizmente não se tem condições de dar essa estrutura em todos os municípios, tem para nós um fato fundamental que é uma Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Fizemos diversos investimentos, e para se ter uma idéia investimos na região sudeste de um modo geral, tanto na questão da tecnologia de leite e outras tecnologias, cerca de R\$ 5 milhões.

Vou passar apenas como alguns exemplos de investimentos que caracterizem a região, Pato Branco com a Universidade Tecnológica Federal, como um pólo irradiador de tecnologia para a região.

Com o investimento do Governo do Estado, Deputado Nereu, V. Exa. acompanhou bem todos esses investimentos, possibilitamos criar em Pato Branco 3 cursos de Engenharia: Engenharia Elétrica-Mecânica, Engenharia Elétrica e Engenharia da Construção Civil.

Isso veio dar uma possibilidade maior para que a produção de conhecimento possa ser aclopada pela região. Isso, por si só, significa que estamos permitindo que 136 vagas em cada ano sejam ofertadas, criando uma massa crítica de pessoal que possa estar disponível, não só para o sudoeste, mas para o Paraná inteiro, mas especialmente permitindo que as pessoas que antes não tinham cursos para fazer em outra região possam fazer ali, esses de engenharia.

Em torno disso criamos agora com a autorização do Governador do Estado um investimento da ordem de R\$ 420 mil para criar uma incubadora tecnológica, associado a esses cursos de Engenharia. Uma incubadora que já está no projeto da Universidade Tecnológica do Paraná de incubar 15 empresas, com o investimento do Governo do Estado, com o investimento da própria Universidade Tecnológica Federal do Paraná, com a parte dos recursos humanos e com o investimento do LACTEC da ordem de aproximadamente de R\$ 1 milhão, na forma de comodato de uma área de 1 mil e 700 m<sup>2</sup>, que estava lá parado, inutilizado praticamente, que estamos recuperando, colocando à disposição da Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Acho que o debate é importante. Pensarmos nisso, nessas informações, para ver como aproveitamos mais as potencialidades regionais. Foz do Iguaçu tem uma característica, tem uma IPTI que tem um belo de um projeto, tem uma universidade, tem a região sudoeste de Pato Branco. Temos justamente, dentro desse debate, buscar esse equilíbrio para fazer políticas públicas. A contar que acredito que o Governo do Estado possa trazer benefícios mais amplos para todas as regiões do estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Durval Amaral)

Agradeço ao Secretário Aldair pelas suas palavras que realmente enriquecem esse debate.

Fará o uso da palavra o Sr. Júlio César, Secretário de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico de Pato Branco, que neste momento também representa o Prefeito da cidade.

**Sr. Júlio César Lattmann - Secretário de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico de Pato Branco**

O SR. JÚLIO CÉSAR LATTMANN

Bom dia, Deputado Durval, demais Deputados e autoridades.

Acho que na parte de ensino, na parte da formação da mão-de-obra, o Rizzi fez um brilhante relato da sintonia que existe do Poder Público e da iniciativa privada no nosso município.

Estão sendo, já há uns longos 12 anos, de luta, investimento, de muito sacrifício por parte de algumas pessoas da nossa cidade, no sentido de consolidar esse sonho nosso que é a questão da tecnologia, do ensino, da pesquisa e, principalmente, do emprego.

Nós, também, não estamos querendo criar aqui uma guerra em relação a Foz do Iguaçu. Mas, se essa lei não beneficiou Foz do Iguaçu já está prejudicando Pato Branco.

Não posso me calar diante de todos esses anos de luta, de comportamento de toda a nossa sociedade, não só de Pato Branco e da região, de conseguir em todos esses anos chegar nesse ponto que chegamos. Estamos fechando o ciclo da questão do ensino, da pesquisa. Agora, com o entendimento do professor Rizzi dando o maior apoio também, através do LACTEC.

Mas, para que isso vai servir? A Prefeitura dá terreno, dá barracão, dá estrutura, logística, daí o empresário chega e diz: "Oitenta por cento de empreendimento e 10% no final, da nota fiscal." Não tem como competir. Então, a situação para nós ficou, na prática, insustentável. Não adianta continuarmos nesta questão da pesquisa, do ensino, se não conseguirmos chegar a um objetivo final, que é a geração de empregos, geração de renda. Não só para Pato Branco, mas para todo o sudoeste, independente se esta lei for só para Pato Branco. Ela irradia para os municípios da região um benefício muito grande, que já está acontecendo.

Então, queremos somar, achar uma alternativa que solucione nosso problema. Só que na prática, como disse antes, não está beneficiando Foz, já está prejudicando Pato Branco e temos que fazer de tudo para que consigamos preservar nossos investimentos, os que foram feitos lá, e os empregos da nossa gente.

Seria isso.

O SR. PRESIDENTE (Durval Amaral)

Muito obrigado pelos esclarecimentos em defesa da cidade de Pato Branco.

Com a palavra o Sr. José Ruy Alexandre. Ele representa, em Foz do Iguaçu, o Instituto de Transporte e Trânsito em Foz do Iguaçu.

**Sr. José Ruy Alexandre - Representante do Instituto de Transporte e Trânsito de Foz do Iguaçu**

O SR. JOSÉ RUY ALEXANDRE

Bom-dia a todos.

Venho de Foz do Iguaçu para prestar uma contribuição no sentido de mostrar ou relembrar a vocês, na realidade, o estado em que vivemos. Todos aqui sabem, não é novidade, que criou-se o estado de uma situação



caótica em Foz do Iguaçu durante anos e anos nos quais foram permitidas ações que previam as contravenções. De uns tempos para cá, o Governo Federal, numa ação que consideramos correta, porém deveria ser tomada com outras atitudes, paulatinamente, na medida em que foram deixadas as mazelas, continuando, para consertá-las. E acho que também deveria ter acontecido num mesmo sentido e num mesmo tempo. Ao contrário, isso não aconteceu.

Paralelamente, isso vem causando transtornos enormes, até porque vocês todos, desta Casa, são conhecedores dos números sociais em Foz do Iguaçu. São aqueles que envergonham, não a nós, iguasenses, mas principalmente todos os paranaenses. Os índices são assustadores. E quando vemos uma iniciativa do Deputado Reni Pereira, no sentido de facilitar o desenvolvimento através de empresas que futuramente irão gerar empregos e renda, conseguimos enxergar uma luz para resolver nossos problemas, que não foram criados por nós. E evidentemente não temos a pretensão de resolver tudo de uma vez. Mas, é uma caminhada que se inicia, tentando reverter este quadro social caótico que existe em Foz do Iguaçu.

É bem verdade que pode ser que num primeiro momento cause - como tem causado, como estamos verificando, aqui, na questão de Pato Branco - mas, penso que nós que assistimos e vemos de longe que a coisa em Pato Branco está muito mais consolidada, acho que mais forte. É bem verdade que é normal que todos que investem e sentem que existe a esperança deste desenvolvimento, não querem perder esta situação que, na realidade, podemos dizer, seja uma zona de conforto. Mas, não é bem assim, porque verificamos que quando o estado está bem consolidado naquela região, não vejo com tanta preocupação. Me desculpem pensar assim. E por outro lado, é uma questão de estratégia. E acho que vocês, Deputados, conhecem muito bem sua região, e principalmente o Governo do Estado, estrategicamente, tem que ver o que é melhor para aquela região, sendo que uma não pode distanciar da outra, porque você não pode arrumar a situação do seu vizinho e esquecer o outro. Lado direito e lado esquerdo. Porque você só está transferindo problema.

Veja, Foz do Iguaçu foi uma coisa bem gradativa. Penso que não deve desmoronar esta consolidação que já está estabelecida em Pato Branco e na região. Que nos orgulha muito lá, no sentido de ser paranaense e ver uma situação de desenvolvimento tecnológico tão grande em Pato Branco. Agora, lembro bem o que o Reni disse aqui: "A situação diferenciada é exigente em função do momento diferenciado que vivemos em Foz Iguaçu." E isto, volto a dizer, não é novidade para nenhum desta Casa e, principalmente, para o Governo do Estado, que aliás, pouco responsável, talvez pela situação que esta lá. Porque aquela situação que foi criada lá, muito por culpa de Governos Federais passados, que deixaram a coisa acumular, de tal maneira que hoje, como se foi rompida uma barreira e uma usina está despejando todos os pro-

blemas nas costas dos administradores que lá estão e nos futuros, ainda. Porque para resolver um problema de Foz do Iguaçu é coisa de 15 a 20 anos. E aí é, estrategicamente, a preocupação não só do Reni, mas de toda a comunidade de Foz do Iguaçu. Se vocês verificarem nos noticiários, tanto locais e jornais, a preocupação é justamente que esta emenda venha de encontro e não ao encontro da necessidade

de mantê-la vigorando, porque aí podem, realmente, os outros estados começarem a se aflorar e aí argüir um estado de inconstitucionalidade e todos perderem. Perde Pato Branco, perde Foz do Iguaçu, perde principalmente o paranaense, aquele que precisa de emprego e aquele que precisamos manter no estado.

Penso que é difícil sensibilizar, porque os interesses a gente respeita, porque são legítimos, mas que vocês, aqui, tomem a decisão, porque vocês são sábios. Vocês vão estudar e vão decidir com bastante sabedoria. Mas, Foz do Iguaçu, quanto a esta situação diferenciada em que vivemos, o caos social que enfrentamos, gostaria que tomassem bastante cuidado, para que não prejudicassem nem Pato Branco e muito menos Foz do Iguaçu.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (**Durval Amaral**)

Agradecemos a participação.

## ***Deputado Nereu Moura***

O SR. NEREU MOURA

Sr. Presidente, na verdade creio que não resta muito o que falar, porque senão acabamos ficando repetitivos.

Ficou claro pela manifestação de todos, que ninguém quer prejudicar Foz e nem Pato Branco. Portanto, há uma confluência de idéias e pensamentos. Agora, também por outro lado, não podemos vestir um santo e desvestir outro. Porque o que trouxe todo este debate aqui na Assembléia Legislativa, talvez tenha sido um erro nosso lá atrás, quando o Deputado Reni Pereira apresentou o projeto de lei, talvez tivesse já naquele momento colocado o município de Pato Branco. Evitaríamos, hoje, de estarmos aqui discutindo se naquele momento inicial já tivesse alcançado uma situação que não é invenção nossa, que já é algo que existe de concreto, como foi aqui amplamente explicado e agora distinguido pelo nosso Superintendente do LACTEC.

Portanto, na verdade, Sr. Presidente, Deputado Reni Pereira, V. Exa. é um estudioso do assunto e conhece muito bem todas estas nuances que envolvem uma situação de benefícios fiscais ou tributários. E evidente que V. Exa. também está preocupado, porque não podemos, com o objetivo de dar a Foz do Iguaçu uma reivindicação extremamente justa, de um elemento que sirva para o desenvolvimento de Foz do Iguaçu, para eliminar a questão da criminalidade e para o que possa servir esta lei. E o próprio Governador Roberto Requião fez questão de ir a Foz do Iguaçu sancionar esta lei,



mostrando a amplitude dela. O Deputado Reni Pereira, aqui na Assembléia Legislativa, é um notório opositor do Governador Requião, do nosso Governo. Nem por isso o Governador Requião deixou de acatar essa idéia, porque ela é boa, ela tem um interesse público extraordinário, e por isso mesmo numa deferência ao povo de Foz do Iguaçu, o Governador foi lá em Foz sancionar o projeto de lei, mostrando que o que interessa na verdade é o nosso estado, é o nosso povo, e não as eventuais diferenças políticas que podem nos separar.

Mas, o que existe é que Pato Branco hoje, se não for alcançado pelos benefícios da lei de origem do Deputado Reni, vai sofrer pesadamente. E o Secretário da Prefeitura de Pato Branco, o Julio, deixou claro aqui que Foz, pelas palavras do Deputado Reni, ainda não ganhou, mas Pato Branco já está perdendo. Então, não podemos fazer uma lei que beneficie um em detrimento do outro. Na verdade, estaríamos sendo injustos, porque Pato Branco tem estrutura. Talvez, lá no início da elaboração do próprio projeto do parque tecnológico, o Deputado Augustinho Zucchi tentou sanar um vício, o próprio Governo quando criou o parque tecnológico deveria já ter se preocupado com essa questão dos benefícios tributários.

Mas creio, Deputado Durval, que ao ouvir aqui as explicações, não precisava nem mexer na lei do Deputado Augustinho Zucchi. Que possamos amadurecer, talvez, uma opinião com toda a bancada do sudoeste, com o Deputado Reni, que é nada mais, nada menos, um legítimo sudoestino, nasceu em Santo Antonio do Sudoeste, no entanto ele está em Foz do Iguaçu, mas é Deputado do sudoeste e do Paraná inteiro. Então, precisamos dar sequência a essa lei, Deputado Reni, apenas tendo o cuidado de fazê-la tecnicamente correta e politicamente também, porque esta Casa é acima de tudo política, é mais política do que técnica; é evidente que temos que nos preocupar na questão da legalidade, da constitucionalidade e não cometer erros na elaboração das leis. Mas, a Assembléia Legislativa é uma Casa política, porque tem aqui os componentes que são os representantes do povo do Paraná.

Então, desta forma, acho que temos que dar sequência ao projeto de lei e tentar superar algum problema que possa criar dificuldades para Foz do Iguaçu, mas que não crie problemas para Pato Branco também, e fazer a lei andar, conversando com o Governador Requião. Vamos ter aqui o nosso advogado que vai nos ajudar a explicar ao Governador Requião, e iremos a ele para dizer da justeza desse projeto, que devemos transformar em lei a fim de que Pato Branco não tenha prejuízos com a legislação que foi feita para favorecer Foz do Iguaçu.

**O SR. PRESIDENTE (Durval Amaral)**

Obrigado Deputado Nereu Moura pelas suas palavras, efetivamente sempre enriquecedoras.

Com a palavra Deputada Luciana.

## **Deputada Luciana Rafagnin**

**A SRA. LUCIANA RAFAGNIN**

Quero cumprimentar o Presidente da CCJ, Deputado Durval, e assim sendo cumprimento a todos os presentes.

Rapidamente quero até parabenizar pela iniciativa da Audiência Pública, porque acho que é um momento importante, porque a gente envolve também outros atores no processo.

Acho que isso faz bem. Não podemos votar, embora entendemos o mérito e sabemos da importância que tem isso, não podemos votar sem também levar em consideração as consequências que isso possa trazer para a lei anterior. É nesse sentido que queria ampliar um pouco o debate, Deputado Nereu, justamente quando V. Exa. coloca a preocupação que tem em não prejudicar Foz do Iguaçu, e agente também tem essa preocupação com o sudoeste, não só de Pato Branco, porque também tenho essa preocupação com Pato Branco, não quero de forma alguma prejudicar o município de Pato Branco, mas também já fomos procurados por mais 2 municípios da região sudoeste, que é Francisco Beltrão e Dois Vizinhos, onde é praticamente semelhante e que precisamos discutir.

Quando falamos na questão dos benefícios tributários é preciso levar em consideração os demais municípios do sudoeste. Como sugestão ao Deputado Zucchi e ao Deputado Nereu que estão debatendo mais, que pudéssemos também levar em consideração para que amanhã não sejamos questionados pelos municípios próximos que estaremos beneficiando um e não...

**O Sr. Nereu Moura**

Deputada Luciana, um aparte bem pequeno.

Acho que essa questão que V. Exa. está colocando é extremamente fundamental, mas o Presidente-Superintendente da LACTEC já respondeu, porque ele disse que o parque tecnológico sediado em Pato Branco é do sudoeste, é que ele tem que estar em algum lugar, poderia estar em Beltrão, poderia estar em Dois Vizinhos ou em Planalto ou em Capanema, mas ele está sediado em Pato Branco. Portanto, é um parque tecnológico do sudoeste do Paraná porque todo material produzido lá, a mão-de-obra e tudo serve ao sudoeste.

Creio que naquele momento que o Aldair Rizzi colocou para mim, respondeu à pergunta que V. Exa. levanta neste momento.

**A SRA. LUCIANA RAFAGNIN**

Mas não é assim, Deputado Nereu, que os municípios de lá vêm.

Então, acho que é importante fazermos um debate um pouco maior, pelo menos eu tenho essa preocupação, até porque Beltrão tem suas justificativas, Dois Vizinhos tem suas justificativas.

Então, gostaria, como sugestão, claro, que o projeto indo à votação sou favorável, nada contra, mas gostaria que isso pudesse ser ampliado também, até por ter essa preocupação maior com a questão do sudoeste. Essa é a minha sugestão, talvez, se possível, claro, consultando os Deputados, gostaria que também fosse ampliado para que hoje ou amanhã não prejudiquemos algum município votando isso aí. Para que os municípios que trabalham da mesma forma não possam se sentir prejudicados com essa lei.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Durval Amaral)

Obrigado, Deputada Luciana.

O SR. ALDAIR RIZZI

Posso responder, Presidente?

(Assentimento)

É importantíssima essa intervenção da Deputada. Acho que tem que fazer alguma coisa integrada na região sudoeste do Paraná. Então, quando V. Exa. fala em Dois Vizinhos, por exemplo, Dois Vizinhos tem uma característica importante porque tem cursos da Universidade Tecnológica Federal que não tem as características de curso da Universidade Tecnológica Federal de Pato Branco, como também não tem as de Beltrão. Então, por exemplo, em Dois Vizinhos fizemos um Núcleo Software em Confecção. Também permitimos que se criasse o curso de zootecnia porque é muito forte isso na região.

Pato Branco tem uma característica muito específica que é uma universidade muito mais ampla do ponto de vista de curso e com uma área tecnológica muito forte, porque ali há o envolvimento. Acho que o envolvimento não deve ser só de empresários, pesquisadores e estudantes de Pato Branco, acho que tem uma possibilidade de abranger todo o sudoeste. Penso e sonho que seja assim, um desenvolvimento regional mais integrado e penso mais no sudoeste por estar lá mais no sudoeste, mas acho que todas as regiões têm essas características.

Se fizermos um núcleo, um pólo tecnológico que possa ser integrado e discutido, o que cabe a Beltrão, o que cabe... Em Bom Sucesso criamos um Centro Científico Tecnológico. Por que em Bom Sucesso?

Aproveitando toda aquela questão da produção regional, mas integrado à Universidade Tecnológica Federal porque é lá que se produz tecnologia, é lá que se produz conhecimento. Então, isso podemos fazer numa gama, Deputado. Acho que esse debate é importantíssimo, sem prejuízo das decisões que vão ser tomadas aqui, ele deve ter continuidade para ver quais as especialidades, as possibilidades de cada região, de cada município dentro da região que possa ter uma contribuição para o desenvolvimento do estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Durval Amaral)

Por ordem de inscrição o Deputado Artagão Júnior por 5 minutos.

## Deputado Artagão Júnior

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR

Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos presentes.

Cheguei um pouco atrasado, talvez tenha perdido alguma parte importante nesse processo, mas como disse na reunião da semana passada, onde estavam presentes vários Deputados e o Deputado autor, Augustinho Zucchi, que tínhamos conversado com o Aldair Rizzi e com outras pessoas, o processo está revestido de constitucionalidade e de boa técnica legislativa, volto a afirmar. No entanto, ele está incompleto. Foi essa a colocação que fiz. Não tem uma atuação política efetiva na região sudoeste, tampouco na região de Foz do Iguaçu.

Então, posso ser muito imparcial na avaliação dessa questão. A minha solicitação de participação é tão somente para lembrar aquilo que já coloquei na reunião da CCJ da última terça-feira.

Precisaríamos de 2 informações essenciais para a validade da lei, não para a aprovação do projeto, pois sabemos que o projeto vai ser aprovado.

A primeira é a autorização do CONFAZ - Conselho Nacional da Política Fazendária, no sentido da existência do convênio celebrado entre os estados, que é exigência legal. Lei Complementar nº 2475, artigo 1º:

*As isenções de impostos sobre operações relativas à circulação de mercadorias serão concedidos ou revogados, nos termos de convênios celebrados e ratificados pelos estados e pelo distrito federal. E mais algumas outras exigências. E, no artigo 8º da mesma lei, o que nos preocupa:*

*A inobservância dos dispositivos desta lei acarretará cumulativamente: inciso I a nulidade do ato; inciso II a exigibilidade do imposto que não pagou devolvido.*

Esta é uma questão importante. O Deputado Zucchi, na última terça-feira disse, essa informação não pude confirmar Deputado, mas que quando da aprovação da lei anterior, não existia esse convênio firmado anteriormente à aprovação da lei. É uma observação que entendo como importante ser feita aqui porque a lei diz isso. Em não existindo, no passado, pode ser também que possamos aprovar esta lei e esse eventual convênio seja feito posteriormente. No entanto, estamos sujeitos a essa exigência legal.

E, também, a questão do impacto financeiro, conforme também já havíamos observado e que também pode ser complementado nesse processo, face também às observações que foram feitas aqui. Mas, como Relator, tenho que destacar a lei complementar nº 101/00, artigo 14:

(Lê artigo)

Uma vez que existe lá toda uma retalhação e havendo a isenção, a partir de agora teremos um prejuízo de arrecadação que poderá ser compensado até com produção maior, geração de emprego e uma série de desdobramentos que advém desse processo. No entanto, precisaríamos desta acolhida.

Vou pedir a oportunidade, Sr. Presidente, como Relator do projeto, para frisar que não estou contra Pato

Branco ou região sudoeste, tampouco a favor de Foz do Iguaçu e a sua região, mas a nossa assessoria jurídica e a nossa análise é que encontrou esse óbice que até pode ser superado.

No entanto, entendo e obrigo a fazer essa observação para que possamos ter a aplicação real desta lei que ora se propõe à Assembléia aprovar. Precisamos ter atendido esses dois preceitos legais, senão teremos um ato viciado e isto, na administração pública é um ato nulo. Incorrendo, eventualmente, até no prejuízo daquelas empresas que por um determinado período deixarem de recolher os seus impostos e que posteriormente, como li aqui, podem ser obrigadas a ressarcir o erário público por esse período que deixaram de recolher os referidos impostos.

Então, acho que é um projeto que pode ser contemplado, é constitucional, está revestido de preceitos legais, no entanto, está incompleto. Precisaria ser complementado. Aí faço essa observação no sentido do Deputado Zucchi, as Lideranças da região, os Deputados Nereu, Luciana, Caíto, Rossoni, tantos Deputados que representam de forma direta e indireta aquela região, que em havendo o interesse da aprovação desse projeto, entendo que seria necessária a complementação do mesmo para que possa ser legalizado na sua plenitude, ser colocado em prática e não ser questionado futuramente.

Só essa a observação que gostaria de fazer.

O SR. PRESIDENTE (**Durval Amaral**)

Obrigado, Deputado Artagão, na qualidade de Relator da matéria da Comissão de Constituição e Justiça. Último orador inscrito, Deputado Professor Luizão.

### ***Deputado Professor Luizão***

O SR. PROFESSOR LUIZÃO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, demais presentes.

Acho que não existe muito conflito de idéias com relação ao que se pretende. Por ser Pato Branco, ou melhor, região sudoeste pela especificidade que existe na região, a partir de um componente educacional.

Agora, já a partir da discussão que fizemos na última reunião da CCJ, continuo simpático à idéia de trabalharmos na possibilidade de não a partir de uma emenda, mas trabalhar algo específico para a região sudoeste. Pato Branco, mas abrangendo a região sudoeste. Não vejo que Foz do Iguaçu e Pato Branco sejam a mesma coisa. Embora eu não seja da região, mas estou analisando a questão, prevendo o que pode acontecer na seqüência. Os motivos que levariam a aprovar uma lei para Foz do Iguaçu não seriam, os mesmos para Pato Branco, mas, que Pato Branco está sendo prejudicada pela lei aprovada que beneficia Foz do Iguaçu.

Estamos caminhando para resolver a questão politicamente, acho que estamos de acordo que deva existir essa lei, enfim, um instrumento jurídico que favoreça a região sudoeste.

Temos que ter 2 preocupações. A minha, pelo menos, é não prejudicar Foz do Iguaçu e a outra é que

não abra um precedente como já foi citado pela Deputada Luciana Rafagnin, à questão de outros municípios.

Acompanhamos recentemente aqui uma discussão na Assembléia sobre regiões metropolitanas. Cada pouco surge a necessidade de se incluir mais um município. Se daqui a pouco começa a aparecer pressão para incluir novos municípios, estaríamos descaracterizando a lei original do Deputado Augustinho Zucchi, que por uma demanda específica da região, daqui a pouco outros municípios pretendem ter também benefícios desta natureza.

Então, a questão é encaminhar para encontrar uma solução, que não prejudique Foz do Iguaçu e também não abranger de forma que as pessoas passem a achar que outros municípios também possam ser incluídos. Mas, que no entanto, não tem fundamento porque não é específico do que acontece lá no sudoeste.

O SR. PRESIDENTE (**Durval Amaral**)

Obrigado, Professor Luizão, pelas suas palavras aqui nesta Audiência Pública.

Vou conceder a palavra para as considerações finais ao Deputado Reni, por 3 minutos, e na seqüência, ao Deputado Augustinho Zucchi.

### ***Deputado Reni Pereira***

O SR. RENI PEREIRA

Sr. Presidente, gostaria de propor ao Deputado Zucchi e aos demais Deputados do sudoeste, entre os quais me incluo, como propôs o Deputado Nereu Moura, é uma questão meramente técnica, propondo que nós, se tivermos que alterar alguma lei - vindo de encontro, em consonância, como o Deputado Luizão falou, que alterássemos a lei do pólo de Pato Branco, concedendo também o benefício tributário, senão idêntico ao de Foz, muito próximo - de 1 ou 2% ou mesmo idêntico, para que evitássemos a discussão, que é meritória, porém não técnica e, certamente, vai prejudicar Pato Branco e Foz do Iguaçu. E de ampliar um pouco mais os municípios, etc. Porque existe uma lei que criou o pólo de Pato Branco e, como o Deputado Zucchi falou, não havia colocado o incentivo tributário. Existe a possibilidade de fazer isso? Existe. Existe a possibilidade do Governo, se quiser, conceder regime especial para as empresas que estão em Pato Branco e até ter a desnecessidade da lei.

Gostaria de propor ao Deputado Zucchinho, que elaborássemos uma lei específica - teríamos dificuldade no Plenário, porque, os Deputados legitimamente iriam defender a inclusão de outros municípios - ou alterássemos a lei de Pato Branco. A minha defesa da não alteração da lei de Foz do Iguaçu é meramente técnica, como ficou bastante explicado, aqui, não se trata de ser contra Pato Branco, mas, de repente nós, a título de estendermos o benefício de uma lei específica, para Foz do Iguaçu, sepultarmos as duas. Acho que dá para se chegar ao mesmo lugar por um caminho diverso, um caminho que entendo tecnicamente melhor, certo e politicamente mais fácil de passar, porque não estaríamos reinventando a roda, estaríamos consertando algo - como foi falado - que

não foi aceito pelo Governo. Foi proposto pelo Deputado que criou o pólo tecnológico de Pato Branco, porém, o Governo na época não entendeu.

Acho que a realidade hoje é outra. A possibilidade do Governo de conceder um incentivo é outra, porque hoje, como falei, mesmo com todos esses incentivos, temos uma concorrência muito forte, que é o dólar baixo e que é uma Lei, a nº 14985, não é a nº 14895, que criou o pólo de Foz, que concede um benefício na redução de 75% do imposto, para você importar, já montado por Parana-guá, por Curitiba e também agora pelas entradas rodoviárias. Acho que há possibilidade de chegarmos a um bom termo e de fácil entendimento e não criarmos, aqui, um cavalo de batalha e uma guerra fiscal dentro do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Durval Amaral**)

Concedo a palavra ao Deputado Augustinho Zucchi, também por 3 minutos, para as suas considerações finais.

### **' Deputado Augustinho Zucchi**

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Deputado Durval, acho que aqui, atendendo a observação que me fez o experiente Deputado Duílio Genari, se fatiarmos a lei, Deputado Luizão, poderíamos chegar ao nosso objetivo, ficaria tudo igual e continuaria como está em Pato Branco.

Acho que a lei que foi estabelecida em Foz do Iguaçu, na minha opinião, deve prevalecer. Não é porque represento Pato Branco, não só por isso obviamente, é porque temos uma situação clara, definida e fática lá. O Dr. Aldair colocou com propriedade essa situação.

Queria solicitar a V. Exa., hoje à tarde teremos reunião da CCJ, que não discutíssemos hoje à tarde esse projeto, por não termos chegado a um entendimento. Vamos manter o nosso projeto e buscar um entendimento para que haja a conciliação em cima de dados técnicos, de situação enfática. Qualquer outro local que se pretenda fazer o que está sendo feito, aqui, não teria apoio, obviamente, da Secretaria da Fazenda, em hipótese alguma, porque não teríamos as condições necessárias, para a implantação desse benefício, à justificativa necessária.

Vou continuar com essa questão. Acho que se pode, Deputado Reni, achar uma alternativa legislativa. Deputado Artagão, acho que das duas colocações que V. Exa. faz, uma, na minha opinião, é resolvível de cara, porque a lei do Deputado Reni só fez o convênio posteriormente - não foi feito antes - e acho que o impacto financeiro é possível de ser feito a qualquer momento e nós poderíamos sanar isso, porque como disse V. Exa., o projeto é constitucional, é legal. Mas, acho que se não acharmos um entendimento dentro da Assembléia, corremos o risco de ter prejuízo tanto para Foz do Iguaçu quanto para Pato Branco.

Deputado Reni, peço que V. Exa. compreenda que ao permanecer apenas Foz do Iguaçu, estará prejudicando Pato Branco e vamos lutar para que isso não aconteça. Então, temos que achar um denominador comum para

que se possa chegar a um entendimento com relação a essa questão. Se for da lei, como colocamos aqui, que seja criado um substitutivo pela CCJ, ótimo; se for apenas a alteração da outra lei que já fizemos, ótimo; se for para ter um projeto de todos os Deputados do sudoeste, para que seja uma questão do sudoeste, também. Mas, o sudoeste também tem que entender que Pato Branco responde pelo sudoeste nesta questão, assim como outros municípios também têm algumas coisas que representam a região e que não tem necessariamente em Pato Branco, como o hospital regional que vai ter em Francisco Beltrão e não tem em Pato Branco, mas se colocou lá por uma série de razões técnicas, administrativas e políticas até, mas, enfim, há uma situação para ser colocado lá um hospital regional, que não tem em Pato Branco e que não tem em Dois Vizinhos.

Então, acho que o nosso objetivo não é estabelecer a disputa entre um município e outro, porque certamente outros municípios, com toda a legitimidade, poderiam colocar também emendas pedindo o mesmo tratamento. Acho que é um entendimento da questão do Paraná como um todo.

Então, gostaria de saber de V. Exa. se poderíamos, já que não chegamos a um entendimento, fazer esse entendimento durante esta semana e daí, na terça-feira que vem, voltar aqui na reunião normal da CCJ com algo que já esteja de comum acordo entre os Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Durval Amaral**)

Agradeço ao Deputado Augustinho Zucchi pelas suas considerações finais e respondendo à questão proposta por V. Exa., apreciaremos hoje à tarde requerimento de V. Exa. pedindo a retirada de pauta desse projeto da Ordem do Dia, da Comissão de Constituição e Justiça desta tarde e reincluiremos, obviamente, na pauta da próxima Sessão.

### **Encerramento da Sessão:**

Quero agradecer a presença do Professor Luizão, do Deputado Duílio Genari, do Deputado Augustinho Zucchi, do Deputado Reni, da Deputada Luciana que já se encontra na reunião da Mesa Executiva da Assembléia Legislativa, do Deputado Nereu Moura que se encontra na reunião da Comissão de Orçamento, do Deputado Marcelo Rangel que por aqui passou e também agradecer a presença de todos os nossos convidados. Dizer que esta Audiência Pública foi fundamental para buscarmos um entendimento e tenho certeza que esta é uma Casa Legislativa, uma Casa de conversação, de negociação política e que com a mais absoluta certeza sei que serão preservados os interesses de Foz do Iguaçu, os interesses de Pato Branco e de toda a região sudoeste do estado do Paraná.

Muito obrigado pela presença de todos!

Levanta-se a Sessão.